

# Interpelação Escrita

Deputado José Maria Pereira Coutinho

## “Necessidade Urgente de Reformas no Sector Logístico e Combate à Concorrência Desleal”

A Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) enfrenta, há vários anos, desafios significativos que comprometem a integridade e a competitividade do sector logístico. O aumento contínuo de trabalhadores não residentes, associado ao trabalho ilegal, tem um impacto profundo no mercado, criando um ambiente de incerteza e deslealdade. Neste contexto, é crucial que o Governo adopte medidas decisivas para enfrentar estas questões e promover um sector logístico robusto e sustentável.

O trabalho ilegal na RAEM não se limita apenas à contratação de mão de obra não regulamentada, mas também abrange práticas que comprometem a segurança e a qualidade dos serviços prestados. A falta de fiscalização rigorosa permite que condutores não autorizados operem, frequentemente sem as devidas certificações e seguros. Esta situação não só representa um risco para a segurança rodoviária, como também prejudica os operadores locais que seguem as normas. Os consumidores, por sua vez, ficam expostos à incerteza quanto à qualidade e à segurança dos serviços logísticos disponíveis. As consequências vão além do imediato, afectando a confiança no sector e, conseqüentemente, a economia como um todo.

O monopólio legal que existe atualmente, consagrado no Decreto-Lei n.º 67/84/M, é um entrave significativo ao desenvolvimento do sector. Este decreto, que confere exclusividade a determinadas companhias para o transporte de mercadorias, não reflete a realidade económica moderna. A sua revisão é essencial para garantir um ambiente competitivo que beneficie tanto os operadores quanto os consumidores. A legislação actual não apenas limita a capacidade de operação dos condutores locais, mas também inibe a inovação e a concorrência saudável, essenciais para o progresso do sector.

Adicionalmente, a extinção da **Comissão para o Desenvolvimento do Sector Logístico em fevereiro de 2017** deixou um vazio significativo. A acumulação das suas funções pelo Conselho para o Desenvolvimento Económico não tem demonstrado nem surtido resultados satisfatórios, levando a uma falta de direcção

clara e de apoio específico para os desafios enfrentados pelos profissionais da área. Sem um suporte institucional específico, os operadores do sector ficam órfãos de orientações e políticas que possam apoiar o seu desenvolvimento e crescimento. Esta situação é ainda mais preocupante num momento em que o mercado global está em constante evolução e exige adaptações rápidas e eficientes.

A necessidade de prolongar o funcionamento dos postos fronteiriços, reduzir o tempo de inspecção das mercadorias e agilizar o processo de desalfandegamento é premente. Um funcionamento eficiente destes postos não só beneficia os operadores logísticos, como também contribui para a satisfação dos consumidores, permitindo uma circulação mais rápida e eficaz das mercadorias. A modernização destes processos é uma questão de competitividade, pois países vizinhos estão a avançar rapidamente em termos de eficiência logística e tecnológica.

Para garantir que a RAEM não fique para trás, é necessário promover a formação contínua dos profissionais do sector, investindo em programas que melhorem as competências e a qualificação da mão de obra local. A formação deve incluir não apenas aspetos técnicos, mas também temas como a gestão eficiente, a segurança e a sustentabilidade. Ao capacitar os profissionais, o Governo não só fortalece o sector, mas também garante que os trabalhadores locais possam competir em igualdade de condições com os seus pares do interior do continente.

Neste sentido, é imperativo que o Governo tome ações concretas e decididas para modernizar a legislação, promover a concorrência leal e garantir a segurança e a integridade no sector logístico, pelo que, venho **solicitar os seguintes esclarecimentos, de uma forma CLARA, PRECISA, COERENTE, COMPLETA, e em tempo útil, às seguintes questões:**

1. Qual a calendarização para a revisão do Decreto-Lei n.º 67/84/M adaptando-o à realidade económica e comercial actual? Como se pretende aumentar a concorrência e proteger os interesses do sector logístico, dos postos de trabalho e dos consumidores, evitando a monopolização do mercado?
2. Que estratégias eficazes serão adoptadas para lidar com as condutas ilegais dos condutores, garantindo que estas situações sejam preventivamente identificadas e corrigidas antes que resultem em acidentes rodoviários?

**3.** Qual é o balanço que o Governo de Macau faz do desempenho deste Conselho para o Desenvolvimento Económico no âmbito das políticas específicas destinadas a apoiar o sector logístico e do pequeno negócio? Que medidas concretas serão introduzidas para melhorar a prestação dos serviços aos operadores do sector logístico, garantindo que suas necessidades operacionais sejam atendidas de forma adequada designadamente espaços suficientes para paragem das suas viaturas nos momentos de recolha e entregas de mercadorias?